

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

Nº 271 FEVEREIRO DE 2012

Privatização



Um balanço das privatizações com artigos de Gilberto Palmares (serviços públicos no Rio), Plínio Erickson (aerportos) e Daniel Gannem Misse (agências reguladoras) e entrevista exclusiva com Amaury Ribeiro Jr, autor de *A Privatária Tucana*.

Monografia relaciona conhecimento da desigualdade com apoio a políticas redistributivas; FPO inicia série sobre a situação econômico-financeira do Rio.

Editorial

Privatização

■ O processo de privatização do patrimônio do Estado brasileiro atingiu seu ápice nos anos 1990. A percepção do Conselho Editorial do JE é de que, transcorridos vários anos, há elementos para se fazer uma avaliação destas ações e seus desdobramentos e considerações sobre o modelo resultante do processo e a recente privatização da gestão de aeroportos.

O bloco temático desta edição abre com um artigo do deputado estadual Gilberto Palmares, presidente da CPI das Barcas, no qual ele faz uma radiografia das consequências nefastas para os cariocas das privatizações de empresas como Flumitrens (Supervia), Metrô, Conerj (Barcas), Light e CEG.

Na peça central do bloco, ouvimos com exclusividade Amaury Ribeiro Jr, autor de A Privataria Tucana. Amaury denuncia, com base em documentos obtidos em juntas comerciais, cartórios, no Ministério Público e na Justiça, um esquema de corrupção do clã José Serra durante as privatizações dos anos 1990, o que ele considera ser a ponta de um iceberg que poderia vir à tona com a instalação de uma CPI no Congresso. Vale ressaltar que todos os grandes veículos de comunicação brasileiros boicotaram explicitamente a divulgação do livro, o que não impediu a consagrada venda de 115 mil exemplares em dois meses.

Mas as privatizações continuam a acontecer no governo Dilma e aparentemente repetindo os velhos erros do passado. Artigo do aeroportuário Plínio Erickson questiona, entre outros pontos, a opção do governo por privatizar três rentáveis aeroportos, que de certa forma cobriam os custos da Infraero com a gestão de aeroportos não-lucrativos.

Encerrando o bloco temático, Daniel Ganem Misse, sociólogo e advogado, assina um artigo que faz uma reflexão sobre as agências reguladoras, elemento fundamental no modelo econômico implantado no país.

Na continuidade da edição, publicamos o último resumo dos trabalhos vencedores do 21º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O texto de Raffaello Cruz Labanca tem como base o seu estudo com alunos de Economia da UFF, que relaciona o grau de conhecimento de parâmetros da distribuição de renda com o apoio a políticas redistributivas.

Já o Fórum Popular do Orçamento, em artigo extremamente elucidativo, enfoca a composição das receitas do município do Rio de Janeiro. O texto é o primeiro de uma série sobre a situação econômico-financeira da cidade.

SUMÁRIO

- 3 Privatização
Gilberto Palmares
Privatização no Rio: política de terra arrasada
- 5 Entrevista: Amaury Ribeiro Jr.
"Por que o livro vende mais que Michel Teló? Porque todo esse processo machucou as pessoas. A privatização não é um assunto macroeconômico, é algo que mutilou pessoas. As pessoas sentem um conforto no livro."
- 8 Privatização
Plínio Erickson
Céu de brigadeiro para as privatizações
- 10 Privatização
Daniel Ganem Misse
As agências reguladoras e a reforma do Estado no Brasil
- 12 Prêmio de Monografia
Raffaello Cruz Labanca
Desigualdade social, grau de conhecimento de parâmetros da distribuição de renda e apoio a políticas redistributivas – um estudo com alunos de Economia da UFF
- 14 Fórum Popular do Orçamento
A arrecadação carioca
- 16 Agenda de cursos
Balanco Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ
Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha
Conselheiros Efetivos: 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João

Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ
Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Privatização no Rio: política de terra arrasada

■ Gilberto Palmares*

Dois décadas atrás, milhares de trabalhadores e parte significativa da população lutavam para evitar o processo de privatização das empresas estatais federais e estaduais. Vendida como uma panaceia para todos os males apontados nos serviços públicos, a privatização só tem comprovado o que nós, críticos do processo, denunciávamos já na época: tudo não passou de uma tremenda enganação.

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a aderir ao Programa Nacional de Desestatização

implantado pelo governo Collor de Mello no início da década de 90. Paralisado com o impeachment, o processo foi retomado em 1995, quando o governo Marcelo Alencar encaminhou projeto para a Assembleia Legislativa instituindo o PED/RJ – Programa Estadual de Desestatização. Sete estatais foram postas à venda: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), Companhia Estadual de Gás (CEG), Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro (Metrô), Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj), Companhia Fluminense de Trens Urbanos

(Flumitrens) e Terminal Garagem Menezes Cortes.

Paralelo a esse processo estadual, o Programa Nacional de Desestatização também atingiu de maneira avassaladora o Rio de Janeiro, estado com o maior número de empresas estatais. Foram privatizadas a Light, de abastecimento de energia da capital; a Telerj, a empresa regional de telecomunicações; e a Embratel, empresa nacional cuja sede era no Rio.

De uma só tacada a antiga capital federal perdia sua infraestrutura de desenvolvimento econômico e social, seu patrimônio histórico e cultural. Jogava no desemprego milhares de pais e mães de família, e quadros técnicos altamente qualificados.

A política de terra arrasada se estendeu aos usuários, que descobriram que por trás das promessas de melhoria dos serviços havia, sim, a substituição do compromisso de qualidade e segurança pela busca do lucro fácil e farto. De um lado, as tarifas subiram de maneira tão vertiginosa que ainda hoje superam, em muito, a inflação acumulada no período. De outro, a falta de manutenção dos equipamentos tornou o Rio de Janeiro uma área de altíssimo risco, com bueiros explodindo, acidentes em profusão e apagões de toda ordem.

A situação dos transportes de massa é emblemática das nefastas consequências da privatização. Sem um planejamento estratégico que trate o sistema de for-

ma integrada, só há uma palavra para traduzir o serviço de transporte público oferecido no Rio de Janeiro: caos. Pior, este caos hoje é financiado com recursos públicos, com a desculpa de preparar a cidade para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Um dos argumentos mais brandidos pelos privatistas para defender suas teses era o de que o Estado não tinha condições de arcar com a melhoria dos serviços. Por isso era preciso entregar a gestão à iniciativa privada, esta sim com capacidade, competência e dinheiro para promover as reformas necessárias. Tudo balela. Grande parte dos recursos utilizados para financiar as privatizações foi dinheiro do povo brasileiro, via BNDES.

A triste realidade é que os cidadãos foram e continuam sendo espoliados. Primeiro, ao financiar investimentos cujos recursos saem diretamente dos cofres públicos. Segundo, ao serem obrigados a desembolsar diariamente valores extorsivos para pagamento das tarifas.

Um dos exemplos mais grotescos dessa política de descaso com o interesse público foi a renovação da concessão do Metrô por mais 20 anos, antes mesmo de concluído o prazo inicial previsto no contrato de concessão. O Metrô atual – o único privatizado em todo o país – pouco lembra o originalmente planejado, a começar pela invencionice da Linha Pavuna-Botafogo em lugar da Linha 2. Para criar esse arremedo de nova linha, a concessionária, sem nenhum pudor, sim-



plesmente reduziu o número de vagões, tornando os trens menores. Como a quantidade de passageiros não diminuiu, ao contrário, aumentou, as estações se transformaram em sucursais do inferno durante todo o dia. E os passageiros, obrigados a enfrentar esse calvário diário, ainda têm que pagar R\$ 3,10 por viagem – a maior tarifa metroviária do país e uma das mais caras do mundo.

Dos prometidos 114 novos trens chineses que deveriam ser entregues até dezembro de 2010, não chegou nenhum até agora. Esse atraso tornou-se tão escandaloso que obrigou a agência reguladora, Agetransp, a sair de seu marasmo e aplicar a primeira multa na concessionária em 13 anos de exploração do serviço.

E o que dizer da Supervia, que acumula acidentes fatais? Até trem trafegando sem maquinista já foi registrado. Os trens da Central sempre foram a alternativa mais barata e rápida para os moradores da Baixada Fluminense e das Zonas Norte e Oeste se deslocarem para o Centro. Os passageiros são hoje tratados literalmente a chicotadas. O que recebeu a Supervia em troca dessas “gentilezas” com o usuário? A exemplo do Metrô, foi premiada com a renovação do contrato de concessão, que venceria em 2023, por mais 25 anos, até 2048!



A situação não é melhor para os usuários do transporte aquaviário. Os incidentes e acidentes se sucedem semanalmente, sem que a concessionária sofra qualquer punição. A maioria das poucas multas aplicadas pela Agetransp não é sequer paga, graças a uma cláusula do contrato de concessão que permite à concessionária reverter o valor da multa na melhoria do serviço. Que melhoria, é de se perguntar? A empresa Barcas S.A. foi autorizada a contrair um empréstimo de R\$ 175 milhões do BNDES para construir dez novas embarcações, mas até hoje, 13 anos depois, só construiu sete, três das quais para a linha especial Charitas, cujas tarifas são reajustadas ao bel-prazer da empresa e não são reguladas por nenhum

índice. Como o contrato de concessão do transporte aquaviário estabelece que todos os investimentos são de responsabilidade exclusiva da empresa, a Barcas S.A., alegando desequilíbrio econômico-financeiro, tem conseguido burlar o contrato com total apoio do poder concedente. Primeiro, conseguiu suspender a travessia da tradicional barca da madrugada. Agora, como a empresa se recusa a fazer os investimentos contratuais, o Estado decidiu adquirir novas embarcações, contraindo uma dívida superior a R\$ 300 milhões.

Nesse quadro de terror, é importante destacar mais uma inovação do processo de privatização: as agências reguladoras. No Rio, a Lei 2.686, de fevereiro de 1997, criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos (Asep), uma autarquia cuja missão era acompanhar, controlar e fiscalizar as concessões e permissões nas áreas de energia, transporte e saneamento. Em 2005, a Asep foi extinta e substituída por duas novas autarquias – a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp) e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado

do Rio de Janeiro (Agenera).

Duramente criticada por sua postura servil aos interesses das concessionárias, a Asep chegou ao fim sem lamentações. Mas a substituição revelou uma troca de seis por meia dúzia. Uma das críticas mais frequentes feitas à Asep era seu total apoio a uma política de reajustes abusivos promovidos pelas empresas privatizadas. O que tem feito a Agetransp esses anos todos? Repetir os mesmos vícios da Asep, de tal forma que, a exemplo de sua antecessora, a atual agência reguladora é vista como uma defensora dos interesses das concessionárias em total detrimento dos interesses dos usuários.

Só a sociedade organizada pode mudar esse estado de coisas. E o papel do poder legislativo, do Ministério Público, das instituições civis representativas da sociedade é atuar em estreita parceria na defesa do interesse público. Os privatistas, de alguma forma, conseguiram naquele momento convencer parcelas importantes da sociedade de que o Estado era incompetente. A história tem desmoralizado essa tese. Ao cidadão, neste momento, a alternativa é se mobilizar, se organizar para mudar.

*Gilberto Palmares, deputado estadual, foi presidente da CPI das Barcas.

Os novos donos

Supervia – A Flumitrens foi a primeira estatal de trens urbanos a ser leiloada no Brasil. O vencedor foi um consórcio formado por dois gigantes grupos espanhóis, a estatal Red Nacional de Los Ferrocarriles Españoles (Renfe) e a Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles (CAF), que pagou R\$ 279,657 milhões (US\$ 240,710 milhões) pela outorga, preço 671,4% superior ao mínimo. Hoje a empresa é controlada pela Odebrecht Transport.

Metrô – O leilão de privatização

ocorreu em 19 de dezembro de 1997. Venceu o Consórcio Opportrans, formado pelo grupo argentino Cometrans e o Grupo Opportunity, de Daniel Dantas. O consórcio ofereceu o segundo maior ágio na história do país (921%), no valor de R\$ 291 milhões. Hoje, a maioria das ações está nas mãos do Grupo Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.), formado pela Previ (40%), Funcef e Petros (20,3% cada) e OAS (19,4%).

Barcas - A Conerj foi comprada em 5 de fevereiro de 1998 por R\$ 33 milhões pelo consórcio formado pela empresa de ônibus Viação 1001

e RJ Participações (20% cada uma), Andrade Gutierrez (40%) e a britânica Wilson Sons (20%). Hoje, a Viação 1001 detém 57% do capital da empresa.

CERJ (atual Ampla) - Vendida em novembro de 1996 por R\$ 605 milhões, ágio de 30,27% sobre o preço mínimo. O consórcio vencedor era formado pela Sociedad Panameña de Electricidade S.A. (com sede Santiago do Chile), Empresa Elétrica de Panamá (sede em Santiago também), Endesa Desarrollo S.A. (sede em Madrid) e EDP - Eletricidade de Portugal S.A. (sede em Lisboa). A composição acionária atual é Grupo Endesa (91,9%);

EDP (7,7%); e minoritários (0,4%).

Light – Leiloada em 21 de maio de 1996, foi adquirida por três consórcios – RME (Cemig, Andrade Gutierrez, Equatorial Energia/Pactual e Luce Brasil); Electricité de France (EDF); AES Corporation/ Reliant Energy –, mais a CSN. Em 2006, o RME passou a controlar a empresa.

Banerj – Comprado pelo Itaú por R\$ 311,1 milhões, 0,36% acima do preço mínimo.

CEG – Vendida em julho de 1997 ao consórcio Grupo Gás Natural, uma fusão das empresas Gás Natural e Union Fenosa, multinacional de serviços de energia em vários países.

Entrevista: Amaury Ribeiro Jr.

“Por que o livro vende mais que Michel Teló? Porque todo esse processo machucou as pessoas. A privatização não é um assunto macroeconômico, é algo que mutilou pessoas. As pessoas sentem um conforto no livro.”

O cenário da entrevista foi o tradicional bar Casa Villarino, localizado a poucos metros do local onde três prédios viriam a desabar na semana seguinte no Centro do Rio. O jornalista investigativo Amaury Ribeiro Jr. nos recebeu com uma garrafa de um ótimo vinho branco chileno e falou durante meia hora sobre a produção vinícola brasileira e o potencial da região de Minas Gerais, particularmente da Serra de Itatiaiuçu. Em 2007, nos contou, foi baleado por narcotraficantes na periferia de Brasília, após uma série de reportagens investigativas sobre assassinatos de jovens perpetrados pelo tráfico. O atentado fez com ele entrasse em depressão profunda e, como terapia de recuperação, passou a cultivar a uva Syrah na região.

Em seguida, Amaury discorreu sobre seu livro, *A Privatária Tucana*. O fenômeno editorial está na 5ª edição e vendeu 115 mil exemplares até início de fevereiro, um recorde na história editorial do país, considerando o tempo transcorrido desde o lançamento em dezembro.

O livro, baseado apenas em documentação oficial, aponta o esquema de propina montado pelo clã Serra – sua filha Verônica Serra, seu genro Alexan-



dre Bourgeois e seu primo político Gregório Marín Preciato, orquestrados por Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do BB e tesoureiro de campanhas políticas de Serra e FHC – durante o processo de privatização nos anos 1990.

P: Por favor, resuma a essência das denúncias apresentadas no livro. Como funcionava o suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, quais são os principais personagens envolvidos, onde está o dinheiro desviado?

R: O dinheiro seguia por uma rede, provavelmente de doleiros ou através de pagamentos de desvio de contratos, e caía nas offshores nas Ilhas Vir-

gens Britânicas. De lá, os próprios donos das offshores colocavam o dinheiro em operações simuladas. Eles simulavam comprar ações, cotas de empresas brasileiras. Toda vez que elas aumentavam o capital, quem jogava dinheiro era a empresa deles. Era uma aberração, porque quem assinava pela offshore e pela empresa que estava comprando era a mesma pessoa: o genro e a filha do Serra.

Ter conta em paraíso fiscal não é crime. Eu dedico um capítulo do livro a isso, a destrinchar esses meandros jurídicos. Omitir isso da Receita, do governo, é crime contra o sistema financeiro. Eu mapeei o caminho do dinheiro. Eu segui o caminho do dinheiro, vi que ele saía e chegava na conta das pessoas beneficiadas.

P: Que dinheiro era esse?

R: Dinheiro da propina. O meu livro tem um personagem principal, que é o Ricardo Sérgio de Oliveira. Ele foi o grande artesão das teles. É um banqueiro, foi vice-presidente do Citibank. Foi ele quem montou os consórcios. Todo mundo sabia que as pessoas que iam ga-

nhar não tinham dinheiro para investir nesse negócio. Não tinham crédito. Elas precisavam de uma carta do Banco do Brasil para se habilitarem no consórcio. Quem dava a carta? O Ricardo Sérgio de Oliveira.

De onde vem o dinheiro das privatizações? O Ricardo Sérgio tinha um homem, João Madeiro da Costa, presidente da Previ, um fundo bilionário. Onde a Previ entrava e com quem ela se associava, definia quem iria ganhar. O dinheiro vinha da Previ.

Ele conduzia o processo e recebia no exterior. É isso que o livro mostra. Eles dizem que o livro não apresenta prova. Como não tem prova? O cara que conduziu o processo, que montou os consórcios, recebe dinheiro do cara que ganhou. E essa imprensa cínica fala que não tem ligação!

E tem o primo do Serra, o Gregório Marín Preciato, que leva, com a ajuda do Ricardo Sérgio o consórcio com uma empresa chamada Iberdrola, a Coelba [Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia]. E aparece em documentos lícitos recebendo propina milionária do Ricardo Sérgio no exterior. Quer mais prova que isso?

O Dantas. Arremata os consórcios, injeta dinheiro numa sociedade dele com a filha do

banqueiro que injetou e da filha do candidato. O dinheiro vai para as Ilhas Virgens e volta pra onde? Para o escritório da filha do Serra!

O caminho da lavagem de dinheiro é complicado. O cara tenta disfarçar. Mas eu mapeei o início, o meio e o fim. E essa imprensa hipócrita diz que não tem relação com a propina. Então tinha que escrever lá naqueles pagamentos 'propina'.

Do outro lado, se o cara enriqueceu quando era coordenador de campanha, aí tem prova e se derruba ministro, derruba tudo. É um cinismo, uma hipocrisia.

P: Você tem provas de que o próprio Serra embolsou propina?

R: Meu trabalho é técnico. Quando você tenta chegar a um político, uma personalidade, você nunca chega na pessoa. Você chega em pessoas ligadas a ela; normalmente são pessoas da família, filho, genro. O político nunca põe o negócio no nome dele.

Tem um programa que eu uso muito, chamado Analysts' Notebook, que é fantástico para seguir o caminho do dinheiro. E quando você põe no gráfico, todas as pessoas que estão no meu livro estão ligadas ao Serra, filha, genro, sócio, chefe da campanha; estão todas ligadas a ele.

P: Em todo período de investigação, o que mais te surpreendeu?

R: Foi após a investigação. É o agora, o cinismo, a hipocrisia. Me surpreende como ele con-

trola a imprensa. Tentam criar mecanismos absurdos, sem lógica, tentam me atacar.

P: Conte-nos resumidamente a trajetória da concepção do projeto à publicação do livro. O que te motivou? Como conduziu a pesquisa? Como foi a relação com as fontes e com a editora?

R: Começou quando eu estava no O Globo, em 2000 mais ou menos, quando eu era repórter especial, quando apareceram as primeiras notícias de que havia propinas na privatização. Aí teve a segunda fase, com o caso Banestado. E aparece o dinheiro das propinas lá.

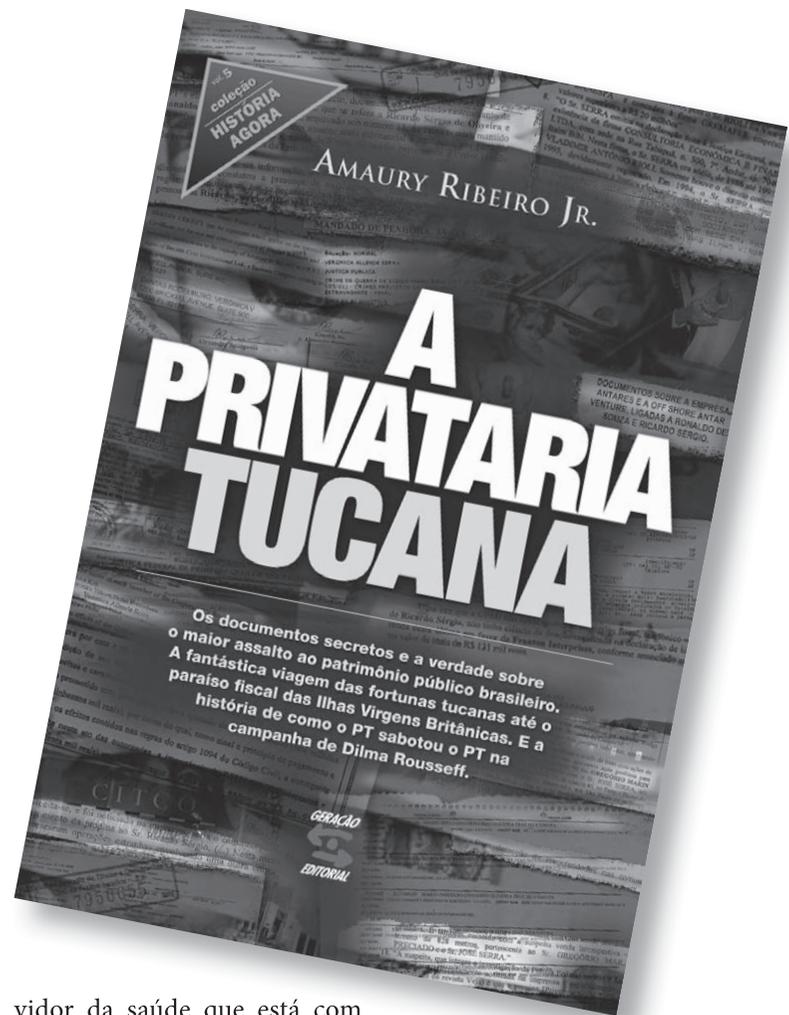
E aí o Ricardo Sérgio me processa. Eu ganho uma exceção da verdade dele. A prova desse livro eu ganhei na justiça! São provas irrefutáveis da propina, com o timbre da justiça.

P: Por onde anda o Ricardo Sérgio?

R: Ele é bilionário. Ele dá risada da gente. Mora no Jardim Paulista. É dono da importadora de vinho Fasano.

P: Voltando ao livro...

R: Eu sempre quis fazer um livro. Sempre tive essa ideia, desde a época de O Globo. Agora, o que eu acho que é novo? Você faz um livro, o livro vira best-seller. As redes sociais impulsionaram esse trabalho, sim, mas não é isso. O que vende o livro? Por que ele vende mais que música sertaneja e Michel Teló? Porque todo esse processo machucou as pessoas. O bancário do Banco do Brasil que teve que pedir demissão. O servidor que não tem direito à saúde porque a Vale não repassa o dinheiro para ele. O ser-



vidor da saúde que está com medo dessa privatização que está ocorrendo no Rio e em São Paulo. Estão privatizando a saúde. Isso me chocou.

Num dos debates sobre o livro, uma pessoa me disse: 'A privatização acabou com a minha vida!'. A privatização não é um assunto macroeconômico, é algo que mutilou pessoas. As pessoas sentem um conforto no livro. Não é um fenômeno gratuito.

P: Foi a editora que te procurou?

R: Eu comecei a procurar uma editora em 2008, 2009. Eu procurei a editora do Emediato [Luiz Fernando Emediato, fundador da Geração Editorial, que publicou *A Privatária Tucana*], porque eu sabia que o cara, pra enfrentar um problema desses, tem que ser lou-

co que nem você. Já tinha uma história. Eu conheci o Emediato quando ele era foca, quando ele fazia a cobertura de cultura.

Pra fazer um negócio desse, você não pode ter um editor burocrata, tem que ter um guerreiro pra enfrentar as pessoas. E o Emediato me surpreendeu nisso.

Duas editoras grandes e uma pequena me procuraram pra publicar o livro. E aí eu decidi pela Geração Editorial, o tipo do livro era a cara da editora. Eu fechei com ele em outubro de 2010. Já estava pronto o esboço e eu fui melhorando, eu tinha começado em 2008, quando eu estava no Estado de Minas ainda.

P: Você trabalha ou já trabalhou para o PT ou em cam-

panhas de candidatos do partido? Recebeu recursos deste partido ou do governo Lula/Dilma? Como você se classificaria ideologicamente?

R: Eu sou um cara de esquerda. Não sou neutro, sou de esquerda. Eu odeio o PT pelo que eles fizeram comigo, mas odeio muito mais o PSDB. Esses caras são uma praga, mas odeio também essa corja do PT. O livro bate dos dois lados. Não gosto nem de um nem do outro. Agora, admiro pessoas lá. Gosto da Presidente Dilma. Ela é séria, eu gosto dela. Ela é uma técnica. Eu acho que presidente tem que ser técnico, não ficar nessa negociata.

Eu não gosto do PT porque eu me ferrei por causa do PT, mas o PSDB pra mim é um câncer, apesar de que tenho amigos dentro do PSDB. Pessoas que eu respeito. Nem todo mundo no PSDB é ruim, não. Agora, esse PSDB de São Paulo e esse PT de São Paulo, odeio todos. Esses caras da elite paulistana são uns retrógrados, interesseiros. Odeio toda a classe política de lá, inclusive o Rui Falcão, presidente do PT. Eu não perdoei traição. Vou até as últimas consequências para mostrar que ele é um traíra. Desde a época de Independência, a história do Brasil é contada por traidores. A história da ditadura é contada por traidores. E esse cara é um traidor. Ele é um mentiroso, traiu os próprios companheiros da luta armada, a Dilma, o Pimentel. Ele está me processando e eu vou ganhar. Vou mostrar que ele é um traidor.

P: Você atualmente está sendo processado por quem?

R: Só pelo Rui Falcão. Ele foi

eleito presidente do PT. A Dilma não o recebeu. O que ele tem que fazer? Me processar. E me faz gastar 20 mil reais de advogado. **É difícil, eu me defendo sozinho. O pessoal fala da Record, que a Record me defende. E estou na Record, porque preciso trabalhar. O meu advogado, eu pego do meu salário para pagar. Pago meu processo contra o Rui Falcão com meu dinheiro.** Aquele processo da Polícia Federal em Brasília também, aquela armação, pago com o meu dinheiro. Ninguém me ajuda em nada, e também não quero ajuda de ninguém. O processo vai ser arquivado, aquilo é uma mentira.

P: Você sofreu ameaças?

R: Esse não é o tipo de matéria pela qual se recebe ameaças, como foi no caso das matérias que eu fiz sobre os traficantes em Brasília, que resultou no atentado que eu sofri. Neste caso, eles tentam te desqualificar, acusam de coisa baixa. Há muitos anos, eu compus a letra de uma música sobre um travesti, inserida no contexto da vanguarda musical paulista da época. Era uma homenagem. Eles usam este disco contra mim.

P: Você esperava tamanha repercussão? Como tem sido a sua rotina?

R: A minha rotina está sendo difícil. As minhas empresas estão totalmente abandonadas. Eu tenho uma pizzaria em Campo Grande, que eu herdei do meu pai, e uma fazenda. Está muito difícil conciliar

o meu trabalho na Record com a agenda do livro. Eu sou produtor executivo do núcleo de jornalismo investigativo.

Eu tenho 200, 300 convites pra falar desse livro no Brasil, mas não posso. Eu tenho que trabalhar, tenho um contrato de três anos e meio com a Record. Estou tentando fazer uma acordo com o pessoal da Record para fazer um evento por semana. O livro virou uma coisa grande, que as pessoas gostam. E eu adoro também divulgar, porque atinge a vida das pessoas.

P: Como avalia a reação da mídia brasileira ao livro? Você acredita que os grandes grupos (Globo, Abril, Estado e Folha) literalmente conversaram entre si e planejaram um boicote ao livro?

R: Se fosse só um boicote era pouco. **Um dia eu falei isso para o Paulo Henrique Amorim, que inventou essa história do PIG [Partido da Imprensa Golpista], que eu achei que tinha um pouco de delírio. Mas ele está certo. É tudo combinado. Você vê que o que um escreve, o outro também escreve. A pauta é a mesma.**

P: O seu livro, juntamente com O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado, de Aloysio Biondi, são marcos na tentativa de elucidar o que foi feito do patrimônio estatal nas últimas três décadas. Mas muito ainda falta esclarecer. Você pretende continuar a investigar esta questão? Algum aspecto específico?

R: O trabalho do Biondi é lindo, maravilhoso. E eu mapeei uma parte das propinas. Mas o que a gente mapeou é muito pequeno. Eu tenho certeza de que o rombo é muito maior. Vai depender da CPI. O Brasil precisa da CPI pra saber o que aconteceu. Mesmo para eles, que querem mostrar que são inocentes.

P: Você acredita na instalação da CPI?

R: Acho que não vai ter jeito de não instalar. Pelo que me falam, pode haver um movimento igual ao das Diretas Já. Se o PT não assumir isso, vão dizer que está fazendo um acordo.

P: A CPI do Banestado foi encerrada em 2004 sem a aprovação de seu relatório final. Na época, os partidos fizeram um acordo para encerrar as investigações. Por que você acredita que isto ocorreu?

R: A CPI do Banestado resultou de uma matéria que eu fiz. Nós, da IstoÉ, apresentamos o Ministério Público de Nova Iorque para as autoridades brasileiras. Nós ajudamos a abrir essas contas todas. A coisa mais triste que eu já vi na minha vida. Uma pizzaria. O governo, quando viu que o presidente do BC operava com doleiro, que o presidente do BB operava com doleiros, bandidos... Foi inacreditável. Se isso acontecer novamente, eu estarei lá para denunciar. Não dá. Uma nova pizzaria não cabe. **Eu não tenho partido. Metade do meu livro bate no PSDB, metade no PT. A preocupação que eu tenho é o combate à lavagem de dinheiro no mundo.**

Céu de brigadeiro para as privatizações

■ Plínio Erickson*

Considerando os danos causados pelas privatizações à sociedade e aos trabalhadores brasileiros, a postura de um governo “de esquerda”, como o nosso, deveria ser a de engavetar os programas neoliberais. Porém, contrariando o esperado, estes projetos continuam a todo vapor, com diversas privatizações – com destaque para as dos aeroportos, um contrassenso do que sempre defendeu o Partido dos Trabalhadores e do que a Presidente da República Dilma Rousseff pregou em sua campanha eleitoral.

Houve várias tentativas de privatizar a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária). Porém, houve entraves ao processo, tais como: a resistência da Aeronáutica ao projeto, principalmente em aeroportos onde existem bases militares; o fato de os aeroportos serem considerados áreas de fronteiras, o que poderia implicar riscos à soberania nacional; e principalmente o fato de a grande maioria dos aeroportos serem deficitários e dependentes. Poucos são altamente rentáveis, e a iniciativa privada sempre demonstrou interesse apenas pelos lucrativos, ficando a incógnita sobre como manter os demais.

A Infraero é uma empresa pública nacional com 38 anos de existência, que administra com

recursos próprios 67 aeroportos, 69 grupamentos de navegação aérea, 51 unidades técnicas de aeronavegação, e 34 terminais de logística de carga. Estes aeroportos atendem a padrões internacionais e concentram 97% do transporte aéreo do Brasil. A rede administrada pela Infraero é mantida com recursos de aproximadamente 15 aeroportos altamente rentáveis; os demais são deficitários e necessitam de subsídios, mas são necessários, pois auxiliam a navegação aérea e servem de posto avançado e estratégico das Forças Armadas na manutenção da soberania nacional. Outros servem para a integração de um país com dimensões continentais como o Brasil. Além disso, parte dos recursos arrecadados pela Infraero é destinada ao Comando da Aeronáutica e ao Tesouro Nacional.

A Infraero é reconhecida internacionalmente pela excelência em administração aeroportuária, e foi cogitada para administrar aeroportos em outros países, dado o seu renome internacional – o que seria formidável, pois traria divisas ao Brasil.

Após o acidente da companhia aérea Gol em 2006, deflagrou-se uma crise no setor aéreo, amplamente divulgada pela imprensa com o nome de “apagão aéreo”. A grande mídia atacou exaustivamente a empresa, atribuindo somente à Infraero responsabilidade pelo conjunto de problemas do



setor aéreo. No entanto, muitos destes problemas não diziam respeito à estatal; outros órgãos públicos e privados, como as companhias aéreas, foram responsáveis por boa parte dos problemas, fruto de um ambiente com regulação e fiscalização frouxa, principalmente por omissão da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), que regula o setor e o fazia de forma branda.

Sob os argumentos de atender à alta demanda interna; resolver o problema da falta de recursos; melhorar a gestão da Infraero, tornando-a mais atrativa para abertura de capital; e concluir a infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, o governo federal decidiu a princípio privatizar quatro aeroportos, tornando a Infraero sócia minoritária nestas unidades, perdendo o poder de decisão para o investidor privado.

Estas privatizações têm como pré-requisito a participação de grupos estrangeiros na sociedade, pois assim condiciona o edital ao exigir experiência em administração aeroportuária, e no Brasil somente a própria Infraero atende a esse requisito. Outro fato de relevada importância é que a compra é financiada com dinheiro público, através do BNDES, em até 80% da aquisição.

O aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal (RN), que está em fase de construção e substituirá o atual aeroporto Augusto Severo, foi o primeiro escolhido para privatização. A escolha não foi por acaso: por ser um aeroporto em construção, a rejeição dos trabalhadores e da sociedade seria menor. Além disso, São Gonçalo do Amarante possui um enorme potencial turístico e será um dos grandes aeroportos de cargas deste país, pois será a porta de entrada do Nordeste para mercadorias de alto valor agregado (característica da carga do modal aéreo), devido à sua localização privilegiada, no ponto mais próximo do Brasil com EUA e Europa.

Na sequência de São Gonçalo do Amarante, foram privatizados os aeroportos de Brasília, Guarulhos e Campinas, três dos maiores e mais rentáveis aeroportos do país, responsáveis por cerca de 70% da receita de toda a rede administrada pela Infraero. Retirar da Infraero estas unidades vai dei-

jar toda a rede dependente de recursos do Tesouro Nacional. Portanto, passam a disputar os já escassos recursos da saúde, educação, cultura etc.

O momento não poderia ser mais oportuno e favorável: depois da sabatina da grande mídia e com a enorme demanda, a falta de oposição de centrais sindicais, sindicatos, e partidos políticos, e a realização da Copa e Olimpíadas, o céu está de brigadeiro para a privatização dos aeroportos, algo que nem o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu fazer.

O problema da Infraero é que a empresa durante muito tempo foi mal gerida, carregando em seu quadro diversos apadrinhados políticos em cargos de confiança, sem falar nos supostos esquemas de corrupção. Porém, mesmo mal gerida, a Infraero administra a rede aeroportuária com recursos próprios, sem depender da União; contudo, os avanços conquistados pelo governo Lula – o crescimento econômico do país, a redução da pobreza e desigualdade social – proporcionaram a ascensão econômica da população e o acesso desta ao transporte aéreo. Somando-se a isso a facilidade de pagamento das passagens e a queda de preços estimulada pela concorrência, naturalmente houve uma explosão da demanda por transporte aéreo.

A demanda por transporte aéreo no mundo cresce 5% ao ano, enquanto no Brasil este crescimento é em torno de 10% ao ano. O grande desafio é am-

pliar a infraestrutura aeroportuária, que é onerosa, a tempo de atender a enorme demanda. O governo federal sabe que a solução do problema envolve principalmente melhorar a gestão dos aeroportos e regulamentar o setor, e já vem intervindo com atitudes que já deveriam ter sido tomadas há muito tempo.

A primeira grande medida para reorganizar o setor aéreo foi a criação da SAC (Secretaria de Aviação Civil), à qual passaram a estar vinculadas a ANAC e Infraero. Outras medidas efetivas foram: a criação da Conaero (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), com a finalidade de coordenar diversos órgãos que atuam nos aeroportos; a criação dos CGAs (Centros de Gerenciamento Aeroportuário); as campanhas da Infraero para orientar os passageiros; a criação de postos de juizados especiais nos aeroportos, para passageiros que tenham problemas com as companhias aéreas; a flexibilização das licitações para as obras da Copa e que valem para os aeroportos através do RDC (Regime Diferenciado de Contratações); a criação do passaporte eletrônico, que agilizará a fiscalização feita pela Polícia Federal; a resolução 196 da ANAC, que obriga companhias aéreas que atendam mais de 500 mil passageiros por ano a manter postos de atendimento presencial nos aeroportos para receber reclamações de seus clientes; e a dispensa da declaração de bagagem pela Receita Federal.

Seria realmente necessária a privatização dos aeroportos depois de todas estas medidas? Será que o mérito destas ações e seus resultados serão atribuídos às privatizações? Por que privatizar somente os aeroportos rentáveis e não em blocos de rentáveis com deficitários? A necessidade de capital privado para fazer frente aos investimentos necessários é justificável, porém não poderia ser feito através da abertura de capital da Infraero, trazendo inerente a esse modelo de sociedade as melhores práticas de gestão e mantendo a possibilidade de a Infraero administrar aeroportos fora do Brasil, angariando divisas para o país? Se o BNDES pode financiar 80% da compra dos aeroportos para grupos estrangeiros, porque não pode financiar os investimentos necessários?

A privatização dos aeroportos pode acarretar diversos problemas, sendo os principais a evasão de divisas que poderiam modernizar toda a nossa rede de aeroportos; a precarização para os trabalhadores; o risco à soberania nacional, pois podemos ser invadidos pelos aeroportos; e o risco de ações terroristas e de entrada de drogas e armas pelos aeroportos.

Além disso, com a ausência do Estado como administrador, perdemos o princípio da isonomia, pelo qual todos têm o mesmo tratamento, independente da condição financeira. O administrador privado tende a aumentar os preços que estão sob sua autonomia e pressionar o

governo para que faça o mesmo com as tarifas que são reguladas pela ANAC, para conter a demanda, que é maior que a capacidade instalada, fazendo com que as classes C e D da população voltem para as rodoviárias. Acabará o incentivo às empresas brasileiras exportadoras via modal aéreo, que pagam preços irrisórios à Infraero para utilizar seus terminais de carga. Diversos programas sociais mantidos pela Infraero para as comunidades em torno dos aeroportos deixarão de existir; as comunidades em torno dos aeroportos leiloados correm o risco de ser desapropriadas pelos investidores através da Justiça. E deixará de existir a distribuição de renda proporcionada pela manutenção da rede de 67 aeroportos.

O empenho do governo federal para tornar este investimento ainda mais interessante para os investidores é tanto que criou condições para que o lucro dos interessados seja maior ainda. Esta postura ficou evidente com a criação da taxa de conexão em Brasília, para tornar o aeroporto atrativo, e com o fato de o governo federal abrir mão de parte de suas receitas nas tarifas aeroportuárias em favor dos operadores dos aeroportos. E o pior de tudo! Em um cenário de crise, onde a Espanha suspende a privatização de seus aeroportos pelo momento ser claramente desfavorável.

* Plínio Erickson é administrador de empresas, técnico em logística, aeroportuário e membro do CCPI (Comitê Contra a Privatização da Infraero).

As agências reguladoras e a reforma do Estado no Brasil

■ Daniel Ganem Misse*

A idéia de Estado regulador, difundida pelo mundo a partir da década de 80, ganha força no Brasil nos anos 1990. A atuação do Estado brasileiro, até esse período, era tida como direta, atuando na produção de bens e prestação de serviços (Estado empresário).

Desde a Constituição de 1988, o Estado brasileiro introduz em seu bojo, como agente normativo e regulador, três características desse novo tipo de atuação na economia: a indução, em que se incentivam determinadas atividades e, ao mesmo tempo, desestimulam-se outras; a fiscalização, que se utiliza do “poder de polícia” para regular a prática de atividades privadas; e o planejamento, por meio do qual se permite a previsão de comportamentos econômicos e sociais futuros, pela formulação explícita de objetivos e pela definição de meios de ação coordenadamente dispostos, além da manipulação de políticas monetárias, cambial e fiscal, sempre existentes e que produzem efeitos sobre a economia.

A difusão do ideal de Estado que atua na economia de forma indireta (esboçado na Constituição Federal de 1988, principalmente em seus artigos 173 e 174, que, respectivamente, consagram o princípio da subsidiariedade e dispõem acerca da intervenção indireta do Estado na economia) começa a ser feita por Fernando Collor logo que assume o governo, em 1990.



O modelo de “Reforma do Estado” adotado pelo Brasil começa a tomar forma com a Lei nº 8.031/1990, que institui o Programa Nacional de Desestatização, depois substituída pela Lei nº 9.941/1997, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que ocorreram as mudanças mais significativas, principalmente a partir de 1995, com as Emendas Constitucionais nº 5, 6, 7, 8 e 9¹.

Para Alexandre Santos de Aragão, em seu livro *Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico*, as agências reguladoras resultaram em grande monta das incisivas “sugestões” de investidores estrangeiros interessados nos serviços públicos e de instituições multilaterais que financiavam o processo de desestatização.

Citamos como exemplo o relatório do Banco Mundial sobre a desestatização do setor elétrico, que condiciona que uma exigência para qualquer empréstimo nesse setor será “um movimento explícito do país rumo ao estabelecimento de um quadro jurídico e processos regulatórios satisfatórios para o Banco”. Para este fim, em conjunção com outras iniciativas de âmbito econômico, “o Banco exigirá dos países que estabeleçam processos regulatórios transparentes que sejam claramente independentes dos fornecedores de energia e que evitem interferência governamental nas operações cotidianas da companhia”.

Dessa forma, ao se avaliar o desenvolvimento da “Reforma do Estado” brasileiro, pode-se, genericamente, classificar as

principais transformações estruturais em pauta, tais como extinção de restrições ao capital estrangeiro, fim dos monopólios estatais e desestatização da economia. Todos os avanços que convergissem para esses referidos pontos seriam considerados parte de um processo, de um todo.

As principais formas de realização do programa brasileiro de privatização foram a alienação do controle acionário das entidades estatais, por meio de leilão nas bolsas de valores, e a concessão da exploração de serviços públicos a empresas privadas. Em se tratando da destinação de coisa pública, tal processo teve de ser acompanhado de previsão legal, que acabou por gerar as agências reguladoras, como exigência do chamado “mercado”, dedicadas

primeiramente aos setores de monopólios naturais².

As agências reguladoras são, então, contemporaneamente, resultado do fenômeno de retirada do Estado da exploração direta de atividades econômicas (Reforma do Estado), com a consequente ampliação de sua atuação reguladora (intervenção indireta).

Vale lembrar que, apesar de a criação dessas agências ser um processo intimamente ligado ao fenômeno de privatização, não é sinônimo desse processo.

A implementação das agências no Brasil ocorreu junto com o processo de privatização e desestatização da economia, seguindo o modelo inglês e diametralmente oposto ao contexto ideológico, político e econômico de seu surgimento nos EUA, como forma de garantia de estabilidade e previsibilidade das “regras do jogo”³ nas relações dos investidores com o Poder Público.

Segundo o professor Gustavo Binenbojm, em seu livro *Temas de Direito Administrativo e Constitucional – artigos e pareceres*, mais do que um requisito, o chamado “compromisso regulatório” (*regulatory commitment*) era, na prática, verdadeira exigência do mercado para a captação de investimentos em mercados inseguros como os de países emergentes, nos quais sempre há risco de ruptura contratual por governos que se sucedam.

Assim, a implementação de um modelo que subtraísse o marco regulatório do processo político-eleitoral se erigiu em verdadeira *tour de force* da reforma do Estado. Daí a ideia de blindagem institucional de um modelo, que resistisse até a uma vitória da esquerda em eleição futura.

O modelo proposto por Bresser Pereira, em que se previa agências executivas, seguindo bastante o modelo americano e até mesmo o inglês até então existente, não foi levado a cabo exatamente por não prever a principal característica dessas agências: a independência (ou “autonomia reforçada”) em relação, principalmente, ao governo.

Desta forma, conforme afirma Gustavo Binenbojm, essa autonomia das agências no Brasil assume os seguintes aspectos: 1) independência política dos dirigentes – uma vez nomeado pelo poder executivo e sabatinado pelo congresso, tem cargo e mandato fixos, sendo impossível a exoneração *ad nutum* pelo presidente; 2) independência técnica decisória – ato técnico não se sujeita a recurso hierárquico impróprio, não podendo o ministério supervisor ou mesmo o presidente rever as decisões das agências; 3) independência normativa – fenômeno da deslegalização (para parte da doutrina que crê que o poder normativo das agências seria apto a revogar até mesmo leis anteriores) ou desregulamentação (para boa parte da doutrina que crê só ser possível a produção de regulamentos e nunca de ato genérico e abstrato com caráter de lei); 4) independência gerencial, orçamentária e financeira ampliada – por força de rubricas orçamentárias próprias e de receitas atribuídas pela lei às agências.

No entanto, deve-se ressaltar que não existe uma definição legal de “agência reguladora” – os dispositivos constitucionais utilizam a expressão “órgão regulador”. As leis que vêm instituindo estes entes lhes conferem a forma de autarquias em regime especial, o que signifi-

ca, na verdade, tratar-se de entidade, há tempos, disciplinada em nosso ordenamento jurídico, integrando a administração indireta, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967 e a Constituição Federal de 1988.

O regime especial (ou diferenciado daquele estipulado pelo Decreto-Lei 200/1967) em que se encontram essas autarquias foi criado simplesmente para dar maior autonomia ante a administração direta.

O vocábulo “agência” é utilizado em várias acepções para designar inúmeras figuras jurídicas no Brasil, não delimitando nenhum instituto, em particular, em nosso direito nem acrescentando nada de útil ou vantajoso.

A importação do termo “agência” pode ser tida até mesmo como uma falácia, pois o direito brasileiro, ramificação do tronco europeu continental, já possui denominação própria para esse ente.

Desta forma, percebemos que a utilização do termo “agência” pelo governo que adotar as reformas necessárias para receber, em contrapartida, financiamento do mercado financeiro internacional, serve como símbolo de “segurança” para os investidores. Estes, acostumados a ver a política econômica dos países, especialmente os “emergentes”, associada aos governos, necessitam de garantias para que possam investir em tais mercados “inseguros”.

O Estado incorporaria o termo “agência” como um símbolo de garantia contra os governos, pois a alienação da regulação econômica de sua administração direta o tornaria mais estável, ou seja, mais propenso a receber investimentos e a ter crédito, e menos tendente a riscos, por não deixar ocorrer mu-

danças na política que pudessem gerar insegurança para esse capital.

Isso significa que a lei, ao criar as agências reguladoras, tirou do poder executivo todas as atribuições que o poder concedente exercia em contratos ou atos de delegação para colocá-las nas mãos das agências, gerando a aparência de estabilidade econômica do Estado em face dos governos.

As agências reguladoras, no Brasil, são a expressão final desse processo de reformas que teve início na década de 1970, ganhou força com o Consenso de Washington e começou a ser implementado nos anos 80 pelos governos Reagan e Thatcher.

Destarte, as agências surgem no Brasil como forma de garantia de manutenção dos contratos de concessão com as empresas privadas detentoras do direito de exploração dos serviços concedidos pelo Estado, pois, para que a privatização ocorresse, era necessário que, ao realizar a compra, o comprador tivesse garantias de que não haveria quebra de contrato por parte dos governos futuros.

* Daniel Ganem Misse é mestre e doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; sociólogo; advogado; professor; e superintendente de territórios na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

1 Essas ECs tratam da reforma gerencial e do modelo administrativo de concessão, autorização e permissão dos serviços públicos, criando os entes reguladores (nos setores de telecomunicações e petrolífero) e deixando em aberto a possível exploração dos serviços públicos pela iniciativa privada.

2 Monopólio com economia de escala, de modo que seu detentor pode produzir a custo marginal menor do que seria possível a qualquer outra empresa.

3 Expressão utilizada por Binenbojm em seu livro *Temas de Direito Administrativo e Constitucional – artigos e pareceres*.

Prêmio de Monografia

Este resumo do trabalho de conclusão de curso de Raffaello Cruz Labanca encerra a série de publicações dos textos vencedores do 21º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O júri do concurso atribuiu uma menção honrosa à monografia de Raffaello.

Desigualdade social, grau de conhecimento de parâmetros da distribuição de renda e apoio a políticas redistributivas – um estudo com alunos de Economia da UFF

■ Raffaello Cruz Labanca *

Os níveis elevados e persistentes de pobreza e desigualdade no Brasil caracterizam o país como detentor de um dos maiores graus de iniquidade.

Em relatório sobre desenvolvimento humano para a América Latina e o Caribe, que aborda especificamente a distribuição de renda, o PNUD¹ constatou que em 2010 o Brasil tinha o terceiro pior Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade, do mundo, com 0,55 aproximadamente, empatando nessa posição com o Equador. Concentração de renda pior só era encontrada em Bolívia, Camarões e Madagascar, com 0,60, seguidos de África do Sul, Haiti e Tailândia, com 0,59.

Quanto aos números ainda, segundo dados da PNAD, tabulados pelo IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), o Brasil tinha em 2009 aproximadamente 45 milhões de pobres. Só para ter uma ideia da grandeza deste número, ele supera a população de países como Argentina e Canadá.

Estatisticamente reconhecidos como problemas, portanto, a desigualdade de renda e a pobreza são assuntos atualmente veiculados na mídia e propagados no discurso popular.

É ratificada esta hipótese através de uma pesquisa do ISSP² feita em 2000. Nela 84% dos brasileiros entrevistados concordavam com a afirmativa de que “em seu país, as

diferenças são muito grandes”.

Todavia, ainda que qualitativamente os brasileiros saibam do problema, eles não sabem mensurá-lo. Não sabem também em que faixa se enquadram na escala social. Mesmo aqueles mais bem informados mantêm o desconhecimento acerca da distribuição de renda e da posição em que estão na pirâmide social.

Este desconhecimento, foco de nossa monografia, traz algumas consequências. Uma delas, de importância considerável, é que, a partir do momento em que os brasileiros em diferentes pontos na estrutura social desconhecem como a renda é distribuída no país e o grau de desigualdade existente, o apelo popular por mais igualdade

e menos pobreza perde sua força.

Além disso, no que diz respeito ao posicionamento na escala social dos mais ricos, no trabalho pioneiro de Urani & Rocha (2007) é destacado um ponto importante, a saber: uma vez que os indivíduos disputam econômica e politicamente os recursos escassos disponíveis e que naturalmente os mais pobres alegam ser legítimos de receber uma parcela maior de recursos, cria-se um problema se os mais privilegiados não têm a percepção de que fazem parte do topo da pirâmide, considerando-se legítimos recebedores de mais recursos na disputa política da repartição.

Neste sentido, nossa monografia tratou das percepções da sociedade brasileira quanto aos pa-



râmetros da nossa distribuição de renda. Após inicialmente ser explicitado o problema da desigualdade de renda, em maior grau, e também da pobreza, foi feita uma discussão teórica que remete à importância da intervenção do Esta-

Figura 1

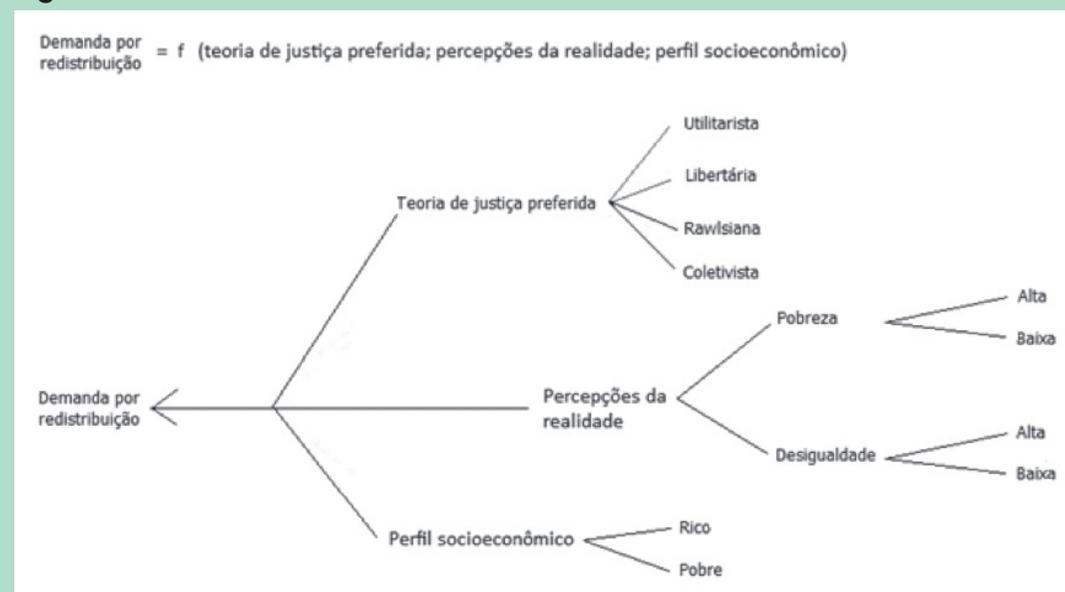
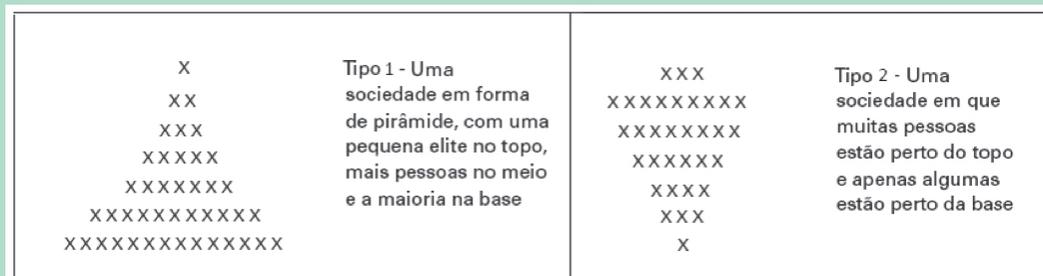


Figura 2 - Diagramas que representam possíveis estruturas de distribuição de renda

Fonte: Urani e Rocha (2007). Adaptado pelo autor

do na forma de políticas sociais. Concluiu-se que existem diversas formas de intervenção e que a demanda por redistribuição varia justamente com a forma de intervenção que o indivíduo acha mais adequada, com seu perfil socioeconômico e com as percepções que tem da realidade (Figura 1).

Em seguida mostrou-se que a população reconhece o problema da desigualdade superficialmente, em suas dimensões objetivas. Quando se trata de aprofundar os conceitos que cercam o problema da desigualdade de renda, até os mais instruídos se perdem, não conseguindo sequer situar-se na escala social.

As falhas de percepção estão representadas nos dados ao longo do trabalho, coletados por meio de um questionário respondido por alunos de Economia da Universidade Federal Fluminense.

A aplicação dos questionários com os alunos de Economia da UFF contou com a colaboração dos professores Ruy Santacruz e Fábio Waltenberg. Os alunos foram devidamente informados, pelos professores que fiscalizavam a aplicação, que não poderiam trocar informações. O uso de informações alheias

invalidaria o questionário, pois não representaria a percepção correta de quem o respondeu.

No cabeçalho os entrevistados foram alertados que as respostas dadas seriam usadas numa monografia de graduação e as informações seriam tratadas de forma anônima e sigilosa. Foram cerca de 110 questionários válidos ao todo.

Ao que tudo indica, apesar de haver certa ignorância, quando se trata de mensurar a existência da pobreza e o tamanho da desigualdade, os brasileiros conseguem classificar corretamente a sociedade como piramidal, sabendo distinguir a realidade desigual que vivem de uma mais igualitária, “ideal” (Figura 2).

A partir da figura, pode-se dizer que preponderantemente, a população concorda que a sociedade do tipo 1 é a que melhor espelha a realidade brasileira, enquanto que a do tipo 2 é uma sociedade próxima ao ideal.

Quando, ao responderem uma das perguntas do questionário, os alunos manifestam que a pobreza e a desigualdade devem ser algumas das principais preocupações do governo, mostram ter ciência do que ocorre e ao mes-

mo tempo almejam que a situação se modifique. Entretanto, ao atribuir valores para salários que deveriam ser pagos a ocupações com “status” tão distantes como a de advogado e a de balconista, os entrevistados reproduzem a desigualdade que vivenciam. Os respondentes, em sua maioria, espelham no nível normativo o que presenciam no nível cognitivo: um abismo que separa as rendas das diferentes ocupações.

Além dessa contradição, os resultados do questionário mostram que os entrevistados sub-representam a pobreza e desconhecem como a renda é efetivamente distribuída no país. Os mais privilegiados, ao se localizarem erradamente, abaixo de onde deveriam estar, mostram não perceber grande parte da população situada na base da escala.

Por fim, tentou-se através do questionário confirmar a hipótese de que o desconhecimento dos parâmetros compromete o apoio às políticas redistributivas. O questionário foi aberto em dois, sendo que um deles, aplicado a uma fração dos entrevistados, continha uma tabela que evidenciava a distribuição de renda brasileira,

enquanto outro grupo de entrevistados não dispunha de tais informações. O intuito era informar o entrevistado sobre a configuração desigual que vivemos, aumentando sua percepção da realidade. Esperávamos, com isso, que houvesse um aumento na demanda por redistribuição.

Os resultados, se não foram completamente condizentes com o que esperávamos, mostraram que em certo grau o aumento da percepção através de um conhecimento maior da realidade pode, sim, resultar numa demanda por redistribuição maior. Os alunos que responderam o questionário com a tabela se diferenciavam dos que responderam sem a tabela na medida em que aceitaram menores diferenças salariais e aumentaram suas preferências pelo país cuja distribuição de renda é mais homogênea. No nível normativo atribuíram um salário mínimo e uma linha da pobreza maior do que os entrevistados que responderam o questionário sem a tabela informativa.

* Raffaello Cruz Labanca é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. Agradeço, em especial, meu orientador Fábio Waltenberg pela atenção e dedico este texto ao professor André Urani, um dos inspiradores do meu trabalho, que nos deixou recentemente.

1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

2 O ISSP é um programa de colaboração entre países que tem como objetivo realizar *surveys* sobre tópicos relevantes na área de Ciências Sociais. Nesse sentido, visa promover análises comparativas, integrando uma perspectiva internacional e intercultural aos estudos nacionais. A cada ano, um tópico é escolhido, e um questionário comum é aplicado nos 38 países-membros.

REFERÊNCIAS:

- ROCHA, Rudi e URANI, André. **Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida. Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 595-615 outubro-dezembro/2007.
- SALLOWICZ, Mariana. **Classe C lidera em consumo.** Folha de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 2010. Caderno “Mercado”.
- SCALON, Celi. **Justiça como Igualdade?** A Percepção da Elite e do Povo brasileiro. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 126-149, jun./dez. 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1999 (reimpressão, 2009).
- SEN, Armatya Kumar. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- WALTENBERG, F.D. **“Can we expect Brazilians to endorse an Unconditional Basic Income policy? An analysis based on experiments and questionnaires”**, Texto para Discussão do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE) – Universidade Federal Fluminense, nº31, 2011.

A arrecadação carioca

“Os homens prudentes podem dirigir um Estado, mas unicamente os entusiastas são os que podem arruinar ou regenerar um Estado.”
– Bulwer Lytton

Em 2012 ocorrerão eleições municipais em todo o Brasil. É o momento mais oportuno para a sociedade aprofundar o conhecimento sobre a situação econômico-financeira de sua cidade. Assim sendo, o FPO se propõe a divulgar (e a debater) os dados financeiros do município do Rio de Janeiro com o intuito de disseminar a informação desse elemento-chave na formulação da política pública. Para tanto, iniciaremos, no mês de março, uma série de debates sobre a questão financeira com autoridades atuantes nessa área. Essa é a contribuição que temos a pretensão de oferecer ao leitor-eleitor no seu processo de formação de opinião.

A matéria inaugural deste enfoque recai sobre a composição das receitas. O objetivo é explicitar o montante e a origem dos recursos à disposição da prefeitura carioca. Desta forma, dividimos a sua composição nos seguintes tópicos:

- Receitas tributárias, inclusive a parte referente à Dívida Ativa;
- Transferências de outras esferas governamentais;
- Operações de crédito;
- Contribuições sociais;
- Disponibilidades (caixa).

O período enfocado foi do exercício financeiro de 2002 à Lei Orçamentária do presente (2012). E para atenuar as variações decorrentes da inflação do período, todos os valores referidos tanto nos gráficos quanto no texto foram deflacionados ao índice IPCA médio acumulado de dezembro de 2011.

Receita Tributária

A Receita Tributária é compos-

ta por impostos e taxas que representam, em média, 37% da Receita Total e correspondem a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Município do Rio de Janeiro. Em 2011, o montante arrecadado foi de R\$ 6,8 bilhões e para 2012 a previsão é de R\$ 7,3 bilhões.

O Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) figuram como os de maior peso no total de tributos arrecadados (83%). No Gráfico 1 pode-se notar que o IPTU teve sua participação na receita reduzida ao longo dos anos, se comparado ao ISS, que duplicou na última década.

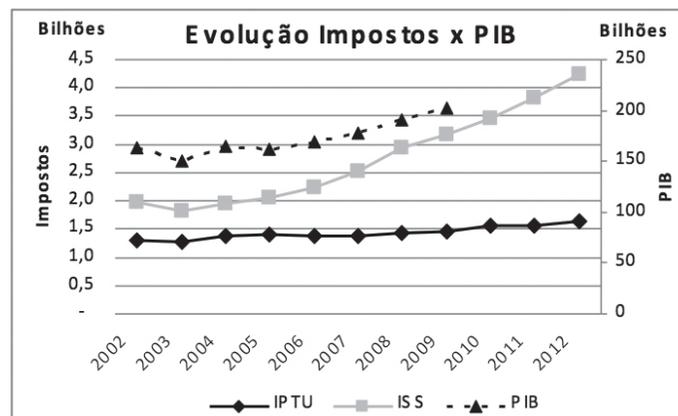
O crescimento do ISS está intimamente ligado ao aquecimento da economia carioca, demonstrando um aumento no consumo de serviços, o que fez com que a arrecadação deste imposto passasse de cerca de R\$ 2 bilhões em 2002 para o patamar de R\$ 4,2 bilhões em 2012, um crescimento de 112%. Entretanto, em relação ao PIB o ritmo de crescimento da arrecadação do ISS é mais vigoroso, enquanto aquele ficou em torno de 3,5% ao ano, o do ISS alcançou a média de 8% ao ano.

Vale ressaltar que este tipo de imposto é cobrado indiretamente ao consumidor quando embutido no preço dos serviços adquiridos, logo, não há distinção entre o consumidor-pobre e o consumidor-rico. Desta forma, o crescimento significativo de sua arrecadação agrava uma carga tributária já considerada regressiva. Já o IPTU, imposto de natureza progressiva por se basear no patrimônio dos contribuintes, ficou estável no período.

Receita Dívida Ativa

Tal receita é formada pelo pagamento da dívida que os contribuintes possuem com o município por não pagarem os seus impostos e taxas no devido prazo. Em 2011,

Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas 2002 – 2010; FINCON 2011; Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012 e Portal do IBGE em 23/01/2012.

foram R\$ 263 milhões arrecadados e aproximadamente 60% são referentes ao IPTU (R\$ 169 milhões).

Já o saldo da dívida ativa, ou seja, seu estoque, alcança o protuberante valor de R\$ 28,9 bilhões no ano de 2010. Deste montante, R\$ 15,1 bilhões são referentes ao IPTU e R\$ 12,1 bilhões ao ISS. O gráfico 2 faz uma comparação entre a evolução da Receita Tributária, do Saldo da Dívida Ativa e a evolução na arrecadação na Receita da Dívida.

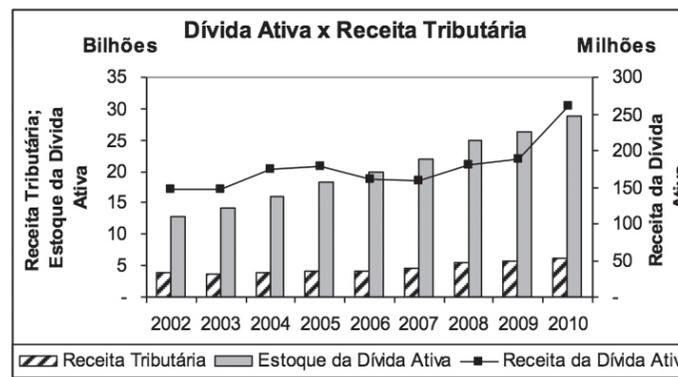
O saldo da dívida ativa vem crescendo nos últimos anos a um ritmo médio de 10% ao ano, superior ao apresentado pela Receita Tributária que foi de 6,5%. Enquanto isso, o recebimento desta dívida oscila entre os valores de R\$ 150 a R\$ 260 milhões ao ano.

O Papel das Transferências no Orçamento Municipal

As transferências representaram, em média, 38,6% das Receitas do Município no decênio 2002-2011. No entanto, seu peso relativo tem apresentado tendência decrescente a partir do ano de 2007, com previsão de queda de 5% para o exercício de 2012.

Ou seja, as transferências não têm acompanhado o crescimento das demais receitas, apesar do crescimento tanto das transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), quanto dos repasses de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). As transferências são, em sua maioria, inter-governamentais, enquanto apenas

Gráfico 2



Fonte: Prestação de Contas 2002-2010 e Pareceres do Tribunal de Contas 2002-2010.

pequena parte advém de convênios. Dentre as principais transferências estão o repasse da cota-parte do ICMS e a do FUNDEB, como mostra o Gráfico 3.

Operações de Crédito

Uma fonte de receita que ganhou maior relevância nos últimos anos foi a referente a operações de crédito. Em 2009 se encontrava no patamar de 34 milhões de reais, pulando no ano seguinte para mais de 1 bilhão de reais. Deste total, 960 milhões de reais são originários do novo refinanciamento da dívida com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Está previsto para 2012 que este número se mantenha no mesmo patamar, no entanto, ao contrário de 2010 e de 2011, em 2012 este aumento será financiado em sua maioria pelo governo federal. Isso se dará através de empréstimos de custeio de obras de saneamento do PAC (190 milhões), além de outros gastos relativos aos megaeventos esportivos, tais como: estrutura viária do corredor T5 (411 milhões); e construção de moradias para populações oriundas de áreas de desapropriação (164 milhões).

Contribuições Sociais

As contribuições sociais representam um tributo cuja finalidade é financiar a concessão de benefícios previdenciários. Seu recolhimento é feito tanto pelo “patrão” (Poder Público Municipal) quanto pelos “empregados” (servidores municipais).

As contribuições tiveram um aumento substancial no ano de 2011, passando de R\$ 336 milhões para aproximadamente R\$

2 bilhões. Este aumento se deveu a uma mudança na forma de contabilização, que passou a incluir as contribuições patronais.

Disponibilidades de Caixa

A disponibilidade de caixa líquida é a diferença entre as disponibilidades financeiras e as obrigações financeiras (incluindo restos a pagar), o que se traduz em suficiência financeira.

A disponibilidade de caixa líquida oscilou entres os valores de R\$ 2 e R\$ 4 bilhões nos anos de 2002 a 2009 e obteve um crescimento de 70% no ano de 2010 (vide Gráfico 4), causado pelo empréstimo realizado entre a Prefeitura e o BIRD, já observado.

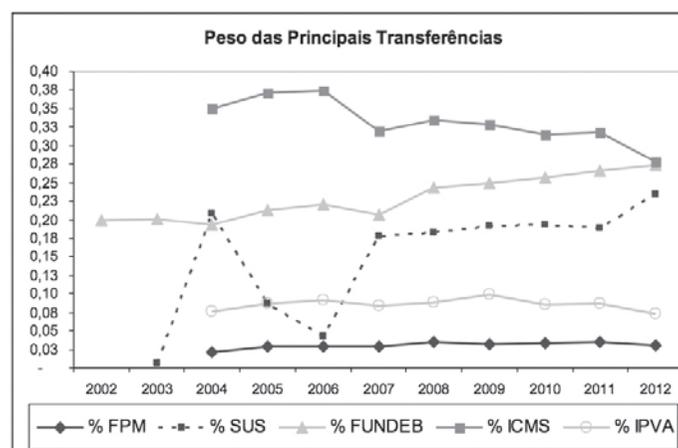
Cabe destacar a inclusão dos recursos do Fundo Especial de Previdência – Funprevi no cálculo da disponibilidade de caixa da prefeitura, apesar desses recursos serem vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e dependentes da Previdência municipal. Logo, tais resultados podem maquiagem a real disponibilidade de caixa do município. O Gráfico 4 apresenta a evolução do período.

No ano de 2003, a disponibilidade de caixa foi quase em sua totalidade representada por recursos do Funprevi. Entre 2007 e 2009, este percentual se estabilizou em 60% e em 2010 chegou a 30%. Entretanto, no ano de 2010, foi apurada uma dívida de R\$ 734.394.572,74 do Tesouro Municipal com o Funprevi, fato que pode alterar este percentual.

Considerações finais

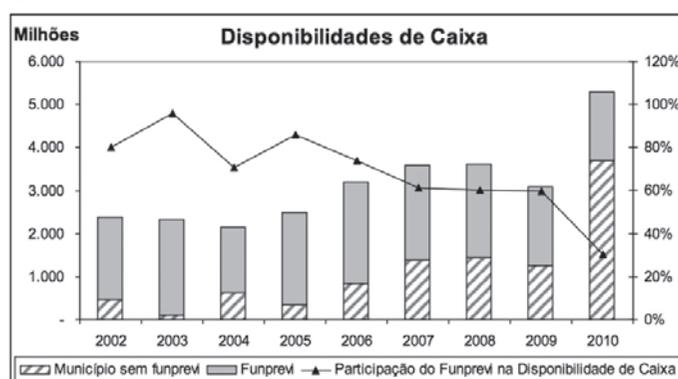
Pode-se afirmar que o crescimento da receita arrecadada pelo município do Rio de Janeiro acompanhou

Gráfico 3



Fonte: Parecer Tribunal de Contas 2002-2010, FINCON, Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012.

Gráfico 4



Fonte: Pareceres do Tribunal de Contas do Município 2002 – 2010.

o crescimento da economia, com acréscimos tributários na ordem de R\$500 milhões/ano. Porém, do ano de 2010 em diante, o montante disponível para a prefeitura carioca mudou do nível de R\$ 12,6 bilhões em 2009 para previstos R\$ 20 bilhões em 2012. O preocupante é que as bases desta elevação estão em compromissos firmados através de empréstimos, ora com o BIRD, ora com a União.

Outras preocupações a serem consideradas são os recursos previdenciários e a forma como eles

são utilizados e a incapacidade da prefeitura de cobrar de seus devedores e assim reduzir o estoque da Dívida Ativa.

Por fim, salientamos que, mantidas as tendências verificadas de perda relativa das receitas próprias vis a vis às operações de crédito e às contribuições sociais, a autonomia financeira municipal poderá ficar abalada. Nas próximas matérias ressaltaremos os efeitos dessa transformação da composição das receitas cariocas, sobretudo pelos compromissos assumidos.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaborou o Est. Thiago Barbosa.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Julia Bustamante, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo. fporiodejaneiro@gmail.com. Tels.: 2103-0121 e 2103-0120

A versão completa dos dados e análises tanto produzida pela equipe FPO quanto pelo debate realizado sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp. PRÓXIMO TEMA: A responsabilidade fiscal carioca

Agenda de cursos

Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2012 – 27 de fevereiro a 22 de setembro

Perícia – 2 de março a 27 de julho, sextas-feiras. Professor Roque Dirceo Lincks

Finanças Públicas no Brasil – 15 de março a 4 de maio, quintas-feiras. Professora Andréa Sampaio Vianna

Tópicos em Planejamento Energético no Brasil – 22 de maio a 14 de junho, terças e quintas-feiras.

Professora Natália Gonçalves de Moraes

Macro e Microeconomia para concursos – 18 de junho a 24 de setembro, segundas-feiras. Professor Carlos Maximiliano

Informações: www.economistas.org.br

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/10	JAN A DEZ/11	REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/10	JAN A DEZ/11
ATIVO FINANCEIRO	4.094.016,13	4.813.062,12	PASSIVO FINANCEIRO	65.962,10	58.763,52
DISPONÍVEL	254.280,67	124.301,25	RESTOS A PAGAR	-	11.428,51
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	3.801.730,92	4.637.168,56	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	136,00
REALIZÁVEL	604,00	14.038,51	CONSIGNAÇÕES	-	406,09
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.553,80	CREDORES DA ENTIDADE	-	2.610,96
ATIVO PERMANENTE	15.999.879,01	18.533.616,58	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	65.962,10	44.181,96
BENS PATRIMONIAIS	1.485.282,26	1.525.193,79	RESULTADO PENDENTE	400,00	80.419,32
VALORES	1.117,64	1.117,64			
CRÉDITOS	14.513.479,11	17.007.305,15	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	20.027.533,04	23.207.495,86
TOTAL GERAL	20.093.895,14	23.346.678,70	TOTAL GERAL	20.093.895,14	23.346.678,70

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	JAN A DEZ/10	JAN A DEZ/11		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	3.084.328,17	3.141.752,03	ANUIDADES	57.423,86	1,9
PATRIMONIAL	281.466,32	362.650,72	PATRIMONIAL	81.184,40	28,8
SERVIÇOS	59.832,51	83.767,96	SERVIÇOS	23.935,45	40,0
MULTAS E JUROS DE MORA	4.923,55	7.505,09	MULTAS E JUROS DE MORA	2.581,54	-
DÍVIDA ATIVA	684.278,47	767.297,24	DÍVIDA ATIVA	83.018,77	12,1
DIVERSAS	313.120,70	417.764,79	DIVERSAS	104.644,09	33,4
RECEITAS DE CAPITAL			RECEITAS DE CAPITAL	-	-
TOTAL GERAL	4.427.949,72	4.780.737,83	TOTAL GERAL	352.788,11	8,0
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	2.956.882,63	3.247.611,43	DE CUSTEIO	290.728,80	9,8
PESSOAL	1.517.784,49	1.794.150,45	PESSOAL	276.365,96	18,2
MATERIAL DE CONSUMO	34.629,17	41.390,74	MATERIAL DE CONSUMO	6.761,57	19,5
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.404.468,97	1.412.070,24	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	7.601,27	0,5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	797.381,90	842.097,93	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.716,03	5,6
DESPESAS DE CAPITAL	21.568,94	45.787,95	DESPESAS DE CAPITAL	24.219,01	112,3
TOTAL GERAL	3.775.833,47	4.135.497,31	TOTAL GERAL	359.663,84	9,5
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	652.116,25	645.240,52	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(6.875,73)	-1,1